

Mulheres negras no processo de levante das calçadas: funcionamento saudável da personalidade para a construção de relações gratificantes

Marilda Paixão Isaias dos Santos^{1*} 

¹ Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – Brasil

*Autora de correspondência: marildapaixaoad@gmail.com

RESUMO

Este artigo resulta de um recorte de dissertação cujo objetivo é refletir, analisar e compreender o funcionamento da personalidade na construção do processo de levante das calçadas. Apresenta-se como uma pesquisa de cunho qualitativo, aprovada pelo CEP/UFSCaR, realizada no período de março de 2022 a março de 2024, em espaços como calçadas, residência e outros escolhidos pelas participantes nos municípios de Santos e de Praia Grande, no estado de São Paulo. Construída com três mulheres autodeclaradas negras (pretas e pardas), cis e trans, adultas, com trajetória de rua e no processo de levante das calçadas, sendo utilizado o método de narrativas e de entrevistas semiestruturadas para a coleta de dados. Os resultados evidenciaram que, mesmo em condições tão adversas como a situação de rua, essas mulheres negras em r-existência, desde o período do Brasil Império, continuam a construir a partir de epistemes únicas, pelo exercício do amor, o processo de levante das calçadas. Conclui-se, então, que a construção desse processo evidencia personalidades em funcionamento saudável. Portanto, a construção de políticas públicas para o levante das calçadas nas três esferas de gestão deve valorizar as falas das pessoas em situação de rua.

PALAVRAS-CHAVE:

Mulher negra
Personalidade
Situação de rua

ABSTRACT

This article is a result of a dissertation cut whose purpose is to reflect, to analyze and to comprehend the functioning of personality in the uprising from the sidewalks process construction. It is presented as qualitative research, approved by CEP/UFSCaR, conducted from march 2022 to march 2024, in residences and other places chosen by the participants of Santos e Praia Grande cities, in the state of São Paulo. It was made with three self-identified black women (black and brown), cis and trans, adults, with street trajectory and in the uprising from the sidewalks process, being used the method of narrative and of semi-structured interviews for the data collection. The results showed that, even in adverse conditions as the street situation, these black women in r-existence, since the period of Imperial Brazil, continue to build from unique epistemes, through the exercise of love, the uprising from the sidewalks process. In conclusion, the construction of this process shows that the personalities involved are in a health functioning. Therefore, the development of public policies for the uprising from the sidewalks in the three spheres of governance must value the voices of people experiencing homelessness.

KEYWORDS:

Black woman
Personality
Street situation

RESUMEN

Este artículo es resultado de una disertación cuyo objetivo es reflexionar, analizar y comprender el funcionamiento de la personalidad en la Construcción del proceso de elevación de las aceras. Investigación cualitativa, aprobada por el CEP/UFSCaR, realizada de marzo/2022 a marzo/2024, en espacios como espacios como la calle, residencias, entre otros elegidos por los participantes, en los municipios de Santos y Praia Grande, Sp. Construído com 03 (tres) mujeres, autodeclarado negro (negro y marrón), cis y trans, adultos, con una trayectoria en las calles y en proceso de levantamiento de aceras, utilizado el método de narrativas y entrevistas semi-estructuradas para la recogida de datos. Los resultados mostraron que, incluso en condiciones tan adversas como la calle, estas mujeres negras en r(existência) desde el período del império de Brasil, continuam contruyendo el proceso de levantamiento de las aceras a partir de epistemes únicas, a través del ejercicio del amor. La conclusión es que la construcción del proceso de levantamiento de las aceras muestra personalidad em sano funcionamiento. Por lo tanto, la creación de políticas públicas para el levantamiento de las aceras em las três esferas de Gestión deve valorar los discursos de las personas que viven em las calles.

PALABRAS-CLAVE:

Mujer negra
Personalidad
Situación em la calle

Introdução

Este artigo discute as vidas negras com trajetória de rua que se encontram em processo de levante das calçadas, sob perspectiva interdisciplinar articulando as contribuições da psicologia, sociologia, literatura e outras áreas das ciências humanas. Foram entrevistadas mulheres negras que se autodeclararam como pretas e/ou pardas, são da faixa etária dos 46 aos 59 anos, possuem trajetória de rua entre 6 e 23 anos, residem na cidade de Santos e Praia Grande (SP) e se encontram em processo de levante das calçadas há um e oito anos.

A mulher negra, para nós, é aquela que, vulnerável pela sucumbência das forças, foi lançada às calçadas e, mesmo sendo objeto de tripla discriminação - mulher, negra e pobre (GONZALEZ, 2020) - constrói r-existência (PORTO-GONÇALVES, 2013), apresentando-nos funcionamento de personalidade saudável ao tomar a palavra e registrar memórias a partir do lugar de testemunha (BOSI, 2022) em epistemologias únicas, ainda que diante da hegemonia das vozes da herança colonial.

Ao falarmos de mulheres negras, faz-se necessário respeitarmos a ontologia do ser e sua história (SAFRA, 2004). Para estarmos aqui, muitas antes de nós tiveram o seu sangue jorrado em hemorragias por diferentes espaços, chãos e mares. Entre as formas que podemos contar a história das mulheres negras no Brasil, a mais severa é a da escravização e do assujeitamento imposto no período colonial escravocrata. Outra, pelo amor na luta constante em busca pelos levantes desde a chegada ao chão do território que chamamos Brasil, no período imperial.

Contar essa história é registrar que a escravidão foi a estratégia de maior “inumanização” (NOGUEIRA, 2021, p. 103) e dominação imposta por seres humanos a outros de sua mesma espécie para a tomada de territórios e corpos. Povos lutam e lutaram por espaços tomando o chão, os despojos e as pessoas que, cativas, foram destinadas à execução das tarefas mais indesejáveis e perigosas até as mortes.

Frente ao exposto, ainda que passados 136 anos desde a assinatura da Lei Áurea, as mulheres negras, pelos vestígios da própria história, ainda são lançadas às calçadas e lutam para se levantarem delas, executando movimentos sensíveis,

onde r-existência e amor tornam-se possibilidades para defesa de seus corpos e da vida que impõe a negridade (SHARPE, 2023).

No Brasil e no mundo, o número de pessoas morando nas calçadas das cidades se eleva decorrente de migrações forçadas, do extermínio em vida da mão de obra reserva do capital, da inumanização, dentre outras razões. A partir dessa realidade, fez-se necessário lançarmos luz ao processo de levante das calçadas, construção que revela o funcionamento saudável da personalidade a partir do encontro com figura de confiança e pelo estabelecimento de relações gratificantes.

Sendo assim, não obstante os coletivos Movimento Nacional População em Situação de Rua (MNPR) e do Movimento Nacional de Luta e Defesa da População em Situação de Rua (MNLDP) que atuam em defesa das pessoas em situação de rua, consolidados em 2005 e 2021, respectivamente, vislumbramos a necessidade de políticas públicas formuladas para o atendimento das pessoas em situação de rua e que se encontram envolvidas na execução do levante das calçadas.

Mulheres negras e a construção da r-existência à escravização e às calçadas em seus levantes

Na formação social do Brasil, como na atualidade, às pessoas negras são personagens que a história tentou apagar, mas que em r-existência estão em todos os espaços que se possa olhar, conforme explicitado por Nascimento (2021, p. 48):

a/o escrava/o negra/o, assim como a/o negra/o atual, não participou da formação social do Brasil só com seu trabalho, com seu sofrimento, ele participou também da mesa, da cama, do pensamento e das lutas políticas do colonizador e de seus descendentes.

Entre as formas que podemos contar a história das mulheres negras no Brasil, é pela r-existência à escravidão e ao assujeitamento impostos no período colonial escravocrata que prossegui, no período do Império, pela luta constante na busca de levantes do chão do território que chamamos Brasil.

Desde 14 de maio de 1.888, dia após a abolição, em que a denominada Lei Áurea, a lei que "libertou" os escravizados na verdade abandonou homens, mulheres, crianças e idosos à sua própria sorte, sem-terra, sem-teto, sem trabalho,

sem comida e sem cidadania, vê-se autorizada a imposição da indignidade sobre seus corpos femininos ou masculinos, negros e vulneráveis.

Nogueira (2021 p. 32) nos ensina que “Grande parte do contingente de cativos libertos vagava desorientada, sem condições de autossustento e sem trabalho no campo, que começava, então, a ser feito pelos imigrantes”. De mão de obra escravizada, acorrentada, caçada, vigiada à invisibilidade pela expulsão em ruptura onde o destino foi o chão, essa população é hoje distribuída em calçadas de propriedade dos municípios. Ruptura que também pode significar a destinação dos corpos às ruas e às calçadas: “As rupturas, muitas vezes, significam a vida nas ruas e a rua é a morte pela AIDS, pela violência, drogadição e prostituição.” (BROIDE, 2010, p.55).

Ao conjugarmos mortes no plural, fazemo-lo segundo (SAWAIA, 2009, p.101) a qual ressalta que “O corpo é matéria biológica, emocional e social, tanto que sua morte não é só biológica, falência de órgãos, mas social e ética. Morre-se de vergonha, o que significa morrer por decreto da comunidade”. Mulheres negras em situação de rua ou no levante das calçadas têm sido dadas às mortes ética (SAFRA, 2004) e social pela inumanização.

Ainda que ao povo africano e seus descendentes tenha sido imposta a escravidão, estratégia de domínio e tentativa de desumanizá-los, observamos vidas que permanecem e insistem em sobreviver. Essa sobrevivência é construída em r-existência onde chão, mundo da história dos humanos ou não, desenha-se todos os dias. Burgos esclarece-nos que:

Portanto, há que se admitir que no chão [...] cabe um mundo! Pois nele está o desenrolar da vida sobrevivida por estes trabalhadores sobrantes nos interstícios do urbano [...]. Nele está o lugar da vida e da morte, da luta e do luto, das virtudes e dos vícios, do conflito, do drama e da festa. Porque o irreduzível da vida persiste na negatividade do urbano. Caso contrário, seria a admissão da exclusão absoluta, mas não é disso que se trata (BURGOS, 2013, p. 78).

Concebemos o exercício da r-existência tal qual Porto-Gonçalves (2013, p. 169): “como forma de existir e construir uma determinada matriz de racionalidade, que atua nas circunstâncias, inclusive re-atua a partir de um topo, enfim, de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico, e que atua entre duas lógicas”, pois o povo negro luta pela construção da negritude em busca da manutenção

do corpo em defesa das vidas, ainda que o discurso da lógica, por vezes hegemônica, seja a negridade.

São muitas as violações de direitos sofridas pelas mulheres negras com trajetória de rua, ao deitar-se e no levante das calçadas, estabelecendo uma conexão perversa entre o que deve ser priorizado e o que é executado pelas Políticas Públicas. Gonzalez (2020, p. 58) ensina-nos que ser mulher negra no Brasil “é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo, sexismo a colocaram no nível mais alto da opressão” o que inclui também a pobreza. Permitimo-nos registrar que a situação de rua acrescenta um nível a mais na escala de opressão a que mulheres negras estão submetidas.

Essas mulheres em corpos negros jamais puderam deixar de construir formas de existência diferentes das impostas pela escravização, criando para si e outras/os negras/os lugar de aprendizado e de ocupação de espaço únicas, para escaparem vivas, uma vez que carregam o que muitos dão o significado de maldição, explicitado por Fanon (2008), para quem: “[...] os laboratórios mais sérios do mundo enxaguaram suas provetas, ajustaram suas balanças e iniciaram pesquisas que permitirão aos coitados dos pretos branquear e, assim, não suportar mais o peso dessa maldição corporal.”.

São mulheres que vivem a impossibilidade de vestirem a máscara do embranquecimento, que, por vezes, fornece uma aura de pertencimento e aproximação com os padrões da classe hegemônica dos brancos, sendo relegadas às camadas ultra inferiores da estratificação de classes.

Segundo o Decreto 7.053 de 23 de dezembro de 2009 (BRASIL, 2009), as pessoas em situação de rua são caracterizadas como grupo populacional heterogêneo, que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou moradia provisória.

A população brasileira é composta por 104,5 milhões de mulheres, representando 51,48% da população residente no país, segundo o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). Ao olharmos esse número, a partir da interseccionalidade, na categoria que articula raça/cor, verificamos que

60,6 milhões (MMFDH, 2023) se declararam pretas e pardas. Dados¹ apontam crescimento estimado em 211% da população em situação de rua em uma década, de 2012 a 2022 (IPEA, 2023). O Brasil passou por período de forte recessão, de 2015-2016 (PAULA; PIRES, 2017), e, posteriormente, em 2020, em decorrência do evento chocante e estrangeiro, produzido pela SARS-Covid-19 (SILBER, 2020). O Ministério de Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), em relatório no ano base 2022-2023, registrou 236.400 pessoas nesta situação. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2023, p. 11) estima 281.472 em 2022. Podemos estimar 30.680 mulheres, face ao apontamento de 13% do total de pessoas nessa situação (MDHC, 2023).

Ao aplicarmos o olhar interseccional, verificamos 20.863 mulheres que carregam a pele preta/parda, representando 68% do total de mulheres nesta situação (BRASIL, 2023, p. 6). Esses dados comprovam que a inumanização, “processo pelo qual negras e negros são responsabilizados pelos efeitos causados pelas condições precárias e vulneráveis nas quais viveram e vivem atualmente (NOGUEIRA, 2021, p. 103)”, permanece, desde a escravidão, e ratifica, quando mulher e negra, a famosa pergunta indignada de Truth²: “E eu não sou uma mulher?”.

Esses dados levam-nos a refletir que 0,02% de mulheres negras no Brasil habitam as calçadas como local de moradia. O percentual parece pequeno, mas leva-nos a refletir o quanto as políticas públicas vigentes carecem de planejamento em alteridade e singularidade dessas mulheres.

¹ Relatório do IPEA, com estimativa da população em situação de rua, registra que em uma década, de 2012 a 2022, o crescimento da população em situação de rua foi de 211%, numa expansão superior à da população brasileira na última década, de apenas 11% entre 2011 e 2021, na comparação com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

² Sojourner Truth nasceu escrava em Nova Iorque, sob o nome de Isabella Van Wagenen, em 1797. Foi tornada livre em 1787, em função da Northwest Ordinance, que aboliu a escravidão nos Territórios do Norte dos Estados Unidos (ao norte do rio Ohio). A escravidão nos Estados Unidos, entretanto, só foi abolida nacionalmente em 1865, após a sangrenta guerra entre os estados do Norte e do Sul, conhecida como Guerra da Secessão. Sojourner viveu alguns anos com a família Quaker, onde recebeu alguma educação formal. Tornou-se uma pregadora pentecostal, ativa abolicionista e defensora dos direitos das mulheres. Em 1843, mudou seu nome para Sojourner Truth (Peregrina da Verdade). Na ocasião do discurso, já era uma pessoa notória e tinha 54 anos. A versão mais conhecida foi recolhida pela abolicionista e feminista branca Frances Gage e publicada em 1863. Esta é a versão traduzida aqui a partir de diversas fontes online. Fonte: Geledés. Disponível em: <https://ensaiosnotas.com/2017/03/09/sojourner-truth-nao-sou-eu-uma-mulher/>.

As políticas públicas representam possibilidades de soluções concretas para as dificuldades percebidas, nas áreas de saúde, educação, assistência social, trabalho e outras, cuja formulação deveria levar em conta a alteridade e a singularidade das pessoas que delas demandam (CALIL, 2016, p. 12).

A trajetória de rua oferta a essas mulheres impossibilidades, tornando o processo de levantar das calçadas ato de r-existência digna de deidades. Pessoas negras carregam a fragilidade do corpo humano, às mulheres negras tal condição é negada pela imposição de inumanização.

Pessoas negras não retornam à posição anterior, pois a porta de saída da África não o permite. Muito se passou e modificou para que fossem reconhecidos como da família, de casa ou parente. Além disso, aquelas/es que foram violados, coagidos e misturados, quando retornam recebem a nomeação de forasteiros, estranhos e estrangeiros. São os que perderam a mãe, conforme descrito por Hartman (2022, p. 9):

Mundos antigos e novos estampavam a minha face, uma mistura de povos e nações, senhores e escravos há muito esquecidos. Na desordem das minhas características, nenhuma linhagem podia ser reconhecida. Claramente, eu não era fanti, a ashanti, ewe ou gã. [...] Obruni. Uma estranha. Uma estrangeira do além-mar.

É na impossibilidade do retorno, seja qual for a ordem dele, no passado ou na atualidade, que assistimos aos processos diários de r-existência das pessoas em situação de rua, refletimos que corpo abjeto é aquele no qual se deposita projeções controversas (amor e aversão, piedade e desumanidade, cuidado e negligência), causando desconfortos com suas marcas. As marcas que vislumbramos pela roupa, ou pela falta dela; na pele; em sua baixa hidratação; nos rostos, nos pés e nas pernas; a partir do inchaço ou do raquitismo; por meio do cheiro e da limpeza; e, mais ainda, pela superexposição a que seus corpos são submetidos. Conjunto que os torna invisíveis para algumas pessoas e incapacita a escuta das políticas públicas para o atendimento e cuidado. Cuidado esse de que a população negra necessita: “[...] cuidado significa trabalho. É trabalho: trabalho emocional, físico e intelectual árduo que exige atenção vigilante às necessidades de quem está morrendo, para facilitar seu caminho, e também às necessidades de quem vive”. (SHARPE, 2023, p. 27).

Na compreensão do levante das calçadas, acomodamos o feminismo negro a partir do conceito de interseccionalidade. Esse termo foi cunhado pela intelectual estadunidense Kimberlé Crenshaw em 1989, para a compreensão dos cruzamentos de desigualdades que revelam a intensidade da exclusão e do sofrimento das mulheres negras, quando confrontados com outras variáveis tais como racismo, etnia, patriarcalismo, classe e outros. Segundo Crenshaw (2002, p.177), “o pensamento interseccional trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento”.

Anterior a Crenshaw, no Brasil, feministas negras, como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Beatriz Nascimento, Conceição Evaristo, entre outras, já se debruçavam e produziam conhecimento e debatiam questões próximas, no contexto brasileiro e da América Latina.

Os governos mandatários das Políticas Públicas que representam as possibilidades de soluções concretas para as dificuldades percebidas para sua formulação, ao não preverem a alteridade e a singularidade das pessoas, autorizam processos de dominação nas áreas de saúde, educação, assistência social, trabalho e outras, caminhando no sentido oposto de sua função social:

Envolvendo a dimensão social e a política, relativas ao campo do poder público, responsável por sua implementação, e ao campo da participação social, as políticas públicas apresentam ainda uma dimensão subjetiva, na medida em que, para garantir sua eficácia, precisam levar em conta a alteridade e singularidade dos sujeitos à que se propõem atingir, e os aspectos sócio-históricos da produção social do humano (CALIL, 2016, p. 12).

Ao pensarmos na garantia das Políticas Públicas, geralmente exercidas sob a indiferença aos marcadores de raça e gênero, vislumbramos que às mulheres negras em situação de rua é imposta a condição de lagartas. Contudo, para o processo de levante das calçadas, exige-se que se metamorfoseiem em borboletas com asas besuntadas no óleo.

O tempo é fator de grande importância no processo de levante das calçadas; é na longevidade que se constroem os vínculos, que representam o secar das asas, para que o voo seja possível. Martins (2018) relata-nos que ninguém nasce borboleta; a borboleta é presente do tempo. Mulheres não voam, mas

necessitam de tempo e cuidado para levantar das calçadas e habitar a cidade e os espaços como cidadãs.

O tempo a que nos referimos é o mesmo de Sharpe quando afirma que “o tempo é a totalidade de nossos ambientes; o tempo é o clima total; e esse clima é antinegro [...] No que estou chamando de tempo, a antinegriidade é tão alastrada quanto o clima”. (2023, p. 190; 194). É pela antinegriidade que vimos o direito constitucional à moradia ser negado às pessoas em situação de rua.

A constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), em sua redação original, expressou, a previsão legal ao direito de moradia. Foram necessários muitos debates a respeito do tema para que somente no ano de 2000, tal direito fosse expressamente garantido. A Emenda Constitucional nº 26, de 14 de fevereiro de 2000, estabelece que “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Brasil, 2000).

O artigo 23, inciso IX, da Constituição Federal de 1988 (CF/88), enuncia que “[...] é competência comum da União, dos estados, do Distrito Federal e dos Municípios promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico” (BRASIL, 1988).

As entrevistadas de nossa pesquisa, sem exceção, se referiram à moradia convencional como o lugar da concretização do levante das calçadas e, de forma subjetiva, a tecnologias tão leves que podem passar despercebidas. Pudemos observar que, de um modo geral, as entrevistadas incluíram, no processo de levante, a construção de relações afetivas com figuras de convívio próximo: filhos, pet ou não; técnicos de serviços; companheira(o). No que se refere à afeição, descrevem a importância do recebimento e emissão de afetos, dando-nos a dimensão do quanto amar é ação (Hooks, 2021).

A objetividade do levante se dá no respeito de escolha entre deitar-se sob o teto de estrelas ou de telhas, concreto ou madeiras. Para conquistarem moradia, necessitam de suportes como o oferecido pelas políticas de atendimento que lhes permitam apresentar em corpo e fala as suas singularidades. Necessitam também de transferência de renda e da habitação, entre outros, que garantam o direito à cidade, nas três esferas de gestão. Weil (2022, p. 23) ensina-nos que “um alimento

indispensável à alma humana é a liberdade. A liberdade, no sentido concreto da palavra, consiste na possibilidade da escolha”.

É pelas memórias, registradas em narrativas e entrevistas semiestruturadas, que nos permitimos analisar, refletir e compreender o funcionamento da personalidade das mulheres negras com trajetória de rua e no levante das calçadas. Registrar memórias é eternizar testemunhos de um tempo vivido. Bosi (2022, p. 53) ratifica que “A memória é, sim, um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo”.

As memórias, que ora relatamos, foram-nos oferecidas por mulheres negras (pretas e pardas), que ao se levantarem das calçadas cumprem o dito e escrito por Evaristo (2014): “Eles combinaram de nos matar, mas nós combinamos de não morrer”. Isso demonstra toda uma identidade negra fruto de uma ancestralidade muito forte. As narrativas e entrevistas para o registro da memória foram colhidas em oralidade, posteriormente transcritas, revisitadas e autorizadas, para a composição do acervo da pesquisa. Em nossa pesquisa nos aventuramos em tomar a palavra para registro, assim como em Bosi (2022, p. 15): “Os velhos, as mulheres, os negros, os trabalhadores manuais, camadas da população excluídas da história ensinada na escola, tomam a palavra”. Essa possibilidade oportunizou estarmos como e com testemunhas na reconstrução de vivências, que ensinam coletivamente as sensibilidades.

A r-existência exercida no processo de levante das calçadas dá-se em reafirmação da dignidade, nos moldes abordados por Souza (2021, p. 115) quanto ao ser negra: “é criar uma consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível e exploração”. É oposição, ainda que a negridade permaneça em vestígio (SHARPE, 2023). E em relação ao pensamento e à produção de conhecimento, é preciso considerar que:

Epistemes não existem à parte das sociedades e sua transformação. Fornecem às sociedades as categorias fundadoras, os esquemas classificatórios da semelhança e da diferença, os processos mitopoéticos da nomeação original, a linguagem e a variedade de discursos por meio dos quais os aspectos da vida cotidiana são disponibilizados de maneira ordenada e significativa (FLOR, 2021, p. 151-152).

Funcionamento da personalidade das mulheres negras no processo de levante das calçadas

As mulheres negras subjugadas pela situação de rua buscam, a partir do encontro emancipatório realizado com o levante das calçadas, a condição humana que lhes foi negada. Para Ferdinand (2022, p. 165), tal encontro se dá pela busca do eu e do viver:

[...] a procura pela emancipação, em busca do eu e da dignidade, em busca da justiça [...] desenham os contornos de uma ecologia decolonial com suas múltiplas figuras, uma ecologia impulsionada pela busca de um eu, de uma terra e de um mundo onde se possa viver [...]

Na fala da entrevistada Iansã³, pudemos reconhecer a construção da emancipação, cujo produto foi permanecer viva pela conquista da identidade de mãe, avó, que o tocar a terra e habitar o mundo possibilitou, depois da alienação causada pelos 23 anos em situação de rua. Acerca da emancipação e alienação para enfim tornar-se parte do mundo, é oportuno ressaltar que:

O gesto de emancipação do navio negreiro é triplo. Trata-se de reconstruir uma estima saudável de si e de seu corpo, uma identidade, uma história, uma cultura diante de aculturação do navio negreiro; de tocar na terra depois da alienação da sociedade colonial; e de tornar-se parte do mundo recusado aos escravizados (FERDINAND, 2022, p. 162).

Iansã relata que a interrupção de vínculos e posteriormente a busca por emancipação, realizada a partir do estabelecimento de relações de confiança e pelo contar com pessoas – classificadas como figuras de ligação –, atuam como auxílios necessários para o levante das calçadas. Na situação de rua, permaneceu com vínculos interrompidos, característica atribuída às pessoas nessa condição, conforme o Decreto 7.053 de 23 de dezembro de 2009 (BRASIL, 2009) estabelece: “Considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados [...]”. Iansã nos conta que:

[...] e aí piorou mais a situação porque a minha mãe morreu e eu não tinha mais ninguém por mim. Tive uma criança na rua também [...] chamaram a família do pai do meu filho, minha sogra ela [sic] veio, ela me viu grávida na rua, ela veio para me ajudar quando o filho dela foi preso, e eu falei que não, eu não queria, porque eu tinha medo dela. Ela ia esperar eu ganhar a

³ As participantes da pesquisa foram identificadas por nomes fictícios: Iansã, Erika e Dona.

criança e tirar de mim também, eu já não tinha mais confiança mais [sic] em ninguém, tanto que fizeram mal para mim. Eu não tive mais como acreditar mais [sic] em ninguém. Eu só queria só [sic] proteger o bebê que estava na minha barriga (IANSÃ, 2023).

A necessidade de proteção ao bebê, ainda no ventre, fez com que Iansã pudesse admitir novas figuras de ligação que constituíram a base segura para construção de relações transferenciais, reconhecidas por ancoragens, efetivadas em amor, amizade e solidariedade pelo habitar dos territórios em busca da condição humana negada.

Iansã, mulher, preta, mãe, cursou até a terceira série do ensino fundamental, sendo entregue, ainda bebê, à tia pelo pai. Ao narrar a morte da tia, registra também a perda de sua figura de confiança e conseqüentemente o não reconhecimento de uma base segura de colaboração. De acordo com Bowlby,

Acumulam-se evidências de que seres humanos de todas as idades são mais felizes e mais capazes de desenvolver seus talentos quando estão seguros de que por trás deles existem uma ou mais pessoas que virão em sua ajuda caso surjam dificuldades. A pessoa em quem se confia, também conhecida como figura de ligação (BOWLBY, 2015, p. 139).

No que se refere à afeição, as narrativas descrevem a importância do recebimento e emissão de afetos, seja com humanos ou não humanos, dando-nos a dimensão do quanto amar é ação:

No quadro de funcionamento da personalidade que daí emerge existem dois conjuntos principais de influências. O primeiro diz respeito à presença ou ausência, parcial ou total, de uma figura de confiança, disposta e apta a fornecer o tipo de base segura necessária em cada fase do ciclo vital [...] O segundo conjunto diz respeito à capacidade ou incapacidade relativa de um indivíduo, primeiro, para reconhecer quando uma pessoa é digna de confiança e está disposta a fornecer uma base, e, segundo se houver esse reconhecimento, para colaborar com tal pessoa de modo que seja iniciada e mantida uma relação mutuamente gratificante [...] (BOWLBY, 2015, p. 140).

Aliado a isso, a entrevistada Erika considera o filho pet, figura de ligação, como importante elo para o retorno da confiança no companheiro. Tal elo construído em torno do amor, conforme descreve hooks (2021, p. 168): “O amor verdadeiro é a base de nosso envolvimento com nós mesmos, com a família, com os amigos, com companheiros, com todos que escolhemos amar”, torna-se um dos elementos de motivação para o levante das calçadas. Assim, Erika nos relata:

Billy fez com que a confiança voltasse um no outro, deu colorido a nossa vida, somos pai e mãe mesmo, somos de verdade, tínhamos combinado que não sairíamos mais em horários diferentes, pois a nossa separação mexeu com a nossa confiança, ele resgatou tudo, hoje eu trabalho num horário e G. em outro... Temos ele, ele não merece o nosso pior, tudo é feito visando ele, tudo que conseguimos agradecemos a ele, depois de perder a mãe, pude finalmente ser mãe. (ERIKA, 2023).

A entrevistada Dona, em seu levante das calçadas, revela que esse processo teve a ver com a escolha pela vida, com oportunidades e escolhas que pôde realizar a partir da construção de vínculos. Weil (2022, p. 23) ensina-nos que “um alimento indispensável à alma humana é a liberdade. A liberdade, no sentido concreto da palavra, consiste na possibilidade da escolha”. E sobre isso segue as palavras de Dona:

O levante é estar viva, cuidar da minha vidinha, pintando o meu cabelo. Coloquei os meus óculos, meus dentes. Então, eu acho que é isso. A pessoa tem que ter oportunidade para poder sair da rua, também. Que nem eu! Então, você tem que fazer a sua escolha, você. Você pode se drogar, mas aí eu tenho meu dinheiro certinho, gasto tudo, amanhã já vou ter, não tenho hora para comer. Porque, na maioria das vezes, você não tem o que comer. Então aí já é difícil porque você vai acordar mal-humorado, já vai ficar com raiva e aí não é legal. O bom é você acordar e escutar o passarinho... A gente não valoriza (DONA, 2023).

As entrevistadas, ao narrarem as construções que realizaram para o levante das calçadas, revelam o quanto o ser humano acontece na história e é história, atravessado por significações que estão para além dele e que atravessam a história. Sobre essa questão, Safra afirma que:

[...] a historicidade é questão ética! Abordar um ser humano sem a compreensão de sua historicidade é vê-lo como indivíduo, desenraizado, sem referência às gerações que se presentificam nele. Toda problemática de uma pessoa emerge em historicidade e precisa ser remetida àquele que a precederam e àqueles que virão, assim como à situação da humanidade (Safra, 2004, p. 154).

É pela história registrada que pudemos identificar construções relacionais sensíveis, como a necessidade da base segura, por vezes vista apenas para o atendimento de crianças, caracterizada como infantilização do adulto.

Por razões ligadas aos valores da cultura ocidental, a necessidade de uma base segura para adultos tende frequentemente a ser esquecida, ou mesmo denegrida. [...] O funcionamento da personalidade saudável em toda e qualquer idade reflete, em primeiro lugar, a capacidade do

indivíduo para reconhecer figuras adequadas que estão dispostas e aptas a proporcionar-lhe uma base segura, e em segundo lugar, a sua capacidade para colaborar com essas figuras se relações mutuamente gratificantes (BOWLBY, 2015, p. 140-141).

É pela figura de ligação e base segura, reconhecidas pelo funcionamento da personalidade saudável, que observamos as relações transferenciais, reconhecidas a partir do termo de reunião metodológica de ancoragens, efetivadas por amor, amizade e solidariedade em longevidade, que se alicerça a construção do processo de levante das calçadas em busca do habitar para manutenção do corpo em defesa da vida.

Aprender a olhar as pessoas em situação de rua enquanto sujeitos é reconhecer que transferências estão sendo mobilizadas.

Freud (1900/1912/1996) elevou a palavra transferência a conceito da psicanálise, ensinando-nos que transferência é fenômeno que se apresenta nas relações sociais, em virtude da condição falante do humano. Para Freud, as estruturas de linguagem dos processos psíquicos, normais ou patológicos, operam por deslocamento de sentido e afeto. Na qualidade de conceito da psicanálise, serve de base para manejo de trabalho dentro ou fora do setting terapêutico. Freud, em 1918, conclama o "Ide", ou seja, exercício da psicanálise fora do consultório tradicional, a pessoas de diferentes posições sociais. (BRÓIDE, 2019, p.6).

Não obstante o conceito de trabalho dos psicanalistas, a relação transferencial é fenômeno universal, ocorrendo de várias formas, dando-se por relações e interações de forma consciente e inconsciente, em menor ou maior grau, podendo ser percebida em muitos outros âmbitos da vida cotidiana.

Transferência emerge da vida, porque ela vai apontar para um infundável vir-a-ser; nesse sentido ela é estruturante. Na clínica psicanalítica ela passa a ser acolhida como a tradução viva dos vínculos humanos, e é a partir daí que se enraízam a tradução e a validade dos tratamentos (SANTOS, 2018 p. 01).

A condição humana implica que a situação chamada transferencial esteja aportada na amizade e na solidariedade, pela conscientização de que o outro que nos procura está irmanado em nós.

Amizade e solidariedade significam princípio ético fundamental, só possível quando estamos realmente humildes (voltados ao húmus-terra). Então compreendemos que a nossa biografia é diferente do paciente, mas somos companheiros de viagem pelas intempéries da existência (SAFRA, 2004, p. 147).

As mulheres negras, na construção do processo de levante das calçadas, necessitam que sua condição humana se realize pela imposição própria de uma forma de vida, para que possam agir pelo amor. Em relação a isso, hooks (2022, p. 52) afirma: “aprendi a entender o amor como a vontade de se empenhar ao máximo para promover o próprio crescimento espiritual ou o de outra pessoa”.

O passado deu à lãnsã a violência, o estigma, as situações de humilhação e a apresentação do racismo, conforme relatado em narrativa, e foi preciso curar-se. Quanto a isso, hooks (2022, p. 42) diz que: “Só o amor pode curar as feridas do passado”. A decisão de permanecer com o filho faz com que executasse e exercesse o que hooks (2022, p. 199) considera como amor verdadeiro: “o amor verdadeiro de fato tem o poder de redimir, mas só se estivermos prontos para redenção”. O amor pelo filho foi a porta para vida.

Arendt (2020 p. 9) apresenta-nos o conceito de condição humana como as formas de vida que o homem impõe a si mesmo para sobreviver. Ao refletirmos a respeito das mulheres negras, vislumbramos o quanto esse conceito tem sido imposto por Outros.

As mulheres negras têm sido nomeadas e autorizadas pelo repertório de possibilidades significantes em que foram inscritas: “Estamos tomando a rede discursiva como uma rede de saber e de poder; portanto, os significantes com os quais o sujeito foi e é marcado estão articulados não só ao campo pulsional, mas estão atravessados histórica e socialmente” (ROSA e BRAGA, 2018, p. 99)

Há muito, mulheres e homens negros foram impedidos em todos os tempos de se tornarem sujeitos políticos, principalmente pela impossibilidade de existirem enquanto primeira pessoa no discurso “Eu” (aquele que fala) sendo reduzidos à terceira pessoa “Eles” (aquele de quem se fala).

“Eles” foram transportados, nomeados, capturados, reduzidos, destituídos, mortos violados, caçados, comprados, salvos, libertados, lançados e embarcados. Evidentemente “algo” perdurou, mas esse “algo” não é mais (ou ainda não é) um sujeito. (FERDINAND, 2022, p. 158)

As mulheres negras, para estabilizarem e concluírem o processo de levante das calçadas, primeiramente necessitam habitar em igualdade para depois empreenderem a construção e produção de objetos para a demora. “Somente em sendo capazes de habitar é que podemos construir” Heidegger, (2001, p. 9).

As entrevistadas, por meio da memória e de lembranças, relataram a trajetória de rua e a vivência atual no levante das calçadas, registrando o quanto o habitar mesmo sendo traço fundamental “[...] Habitar é o traço fundamental do ser-homem” (HEIDEGGER, 2001) é inviabilizado, em situação de rua, pelas violências e mudanças contínuas dos lugares, assim como pela ausência de apoio para a construção do resguardo para o cuidado de si, a partir das coisas/objetos (um lar para si e o filho). Além disso, constatou-se que relações (casamento, amizades e cuidados) são a força para a r-existência: “Construir significa cuidar do crescimento que, por si mesmo, dá tempo aos seus frutos” (HEIDEGGER, 2001).

A partir das construções de relações, pelo funcionamento saudável da personalidade, essas mulheres têm empreendido o processo de levante, em emancipação e r-existência, que causam surpresas para os que não as conhecem.

Considerações

Ao analisar os elementos subjetivos que possibilitam o levante das calçadas por parte das mulheres negras, acreditamos que o funcionamento saudável da personalidade é um dos fatores de r(existência) que ancoram esse processo.

A ausência de partilha da história de pessoas que se levantaram das calçadas e a falta de conhecimento sobre o curso de suas vidas faz com que muitos não conheçam o caminho que leve a essa realidade. Esse desconhecimento ocorre pela abstenção de escuta das vozes das pessoas que executam esse processo. Bosi (2022), ensina-nos: “[...] quando as vozes das testemunhas se dispersam, se apagam, nós ficamos sem guia para percorrer os caminhos da nossa história mais recente: quem nos conduzirá em suas bifurcações e atalhos?”.

Sem ter quem os ensinam, os gestores públicos se perdem pelos caminhos da falta de atendimento às pessoas em situação de rua e suas necessidades há mais de 135 anos.

Refletimos que se faz necessária investigações que produzam conhecimentos e informações a respeito da construção e da manutenção do processo de levante das calçadas que produza novas racionalidades, bem como indicadores para a construção de políticas de atendimento às pessoas no levante.

Referências

ARENDDT, H. A. **Condição Humana**. Tradução Roberto Raposo. Revisão técnica Adriano Correia- 13 ed. Rio de Janeiro: Forense, [1958] 2020.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo na memória: Ensaio de Psicologia Social/** Ecléa Bosi – 4. ed – Cotia, SP; Ateliê Editorial, 2022.

BOWLBY, John. 1907-1990. **Formação e rompimento dos laços afetivos/**John Bowlby; tradução Álvaro Cabral; revisão da tradução Luis Lorenzo Rivera – 5ª ed. – São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2015.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1988. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 26, de 14 de fevereiro de 2000**. Altera a redação do art. 6º da Constituição Federal. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2000. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc26.htm

BRASIL. **Decreto nº 7.053/DOU, de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília, 2009. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm

BRASIL. **Ministério das Mulheres Relatório Anual Socioeconômico da Mulher**. 1ª Impressão. Brasília: Ministério das Mulheres Abril, 2024. <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/aceso-a-informacao/observatorio-brasil-da-igualdade-de-genero/relatorio-anual-socioeconomico-da-mulher-raseam-1/ministeriodasmulheres-obig-raseam-2024.pdf>

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). **População em situação de rua: diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registro administrativo e sistemas do Governo Federal**. Brasília, DF. https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/relat_pop_rua_digital.pdf

BRÓIDE J., BRÓIDE, E. E. **A Psicanálise em situações sociais e críticas**. 2ª ed. São Paulo: Escuta, 2010.

BRÓIDE, Jorge. Prefácio. In DANTO, E A (2005). **As Clínicas Públicas de Freud: Psicanálise e Justiça Social 1918-1938**. São Paulo. Perspectiva, 2019.

BURGOS, Rosalina. **Periferias urbanas: o chão dos catadores no urbano periférico**. São Paulo: Humanitas, 2013.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialista em aspectos da discriminação racial relativo ao gênero**. Revista estudos feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011/8774>.

EVARISTO, Conceição. **Olhos D'água**. Rio de Janeiro: Pallas, Fundação Biblioteca Nacional, 2014. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5676744/mod_resource/content/1/Olhos%20.pdf.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas** / Frantz Fanon ; tradução de Renato da Silveira . - Salvador : EDUFBA, 2008.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. Tradução: Letícia Mei. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FLOR, Cauê Gomes. **Através do Atlântico: a genealogia e os modelos de diáspora africana**. São Paulo: Intermeios, 2021.

FREUD, Sigmund (1900). **A Interpretação dos Sonhos**. Trad. sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 4 e 5).

FREUD, Sigmund. (1912). **A Dinâmica da Transferência**. Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 12, p. 107-120).

FREUD, Sigmund. (1913). **Sobre o Início do Tratamento**. Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 12, p. 135-158).

FREUD, Sigmund. (1914). **Recordar, Repetir, Elaborar**. Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 12, p. 159-172).

FREUD, Sigmund . (1915). **Observações sobre o amor transferencial**. Tradução sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 12, p. 173-188).

GONZALEZ, Lélia. (organização Flavia Rios, Márcia Lima). **Por um feminismo afro-latino-americano : ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HEIDEGGER, Martin. **Construir, habitar, pensar**. In: HEIDEGGER, M. Ensaio e conferências. Petrópolis: Vozes, 2001.

HOOKS, Bell. **Tudo sobre o amor, novas perspectivas**. Tradução Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **População em Situação de Rua supera 281,4 mil pessoas no Brasil**. Brasília, DF: IPEA, 2022. <https://www.ipea.gov.br/portal/publicacao-item?id=faa83eb1-f7fb-44d9-ba91-341a7672611d>.

MARTINS, Geovani. **O sol na cabeça: contos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA. **História do MNPR**. São Paulo: MNPR, 2012. <https://popruasp.wordpress.com/sobre/>

Movimento Nacional de Luta e Defesa da População em Situação de Rua. **História do MNLDP**. São Paulo: MNPR, 2021. <https://www.facebook.com/mnldpr/>

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: Relações raciais quilombos e movimentos**. Organização de Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **A cor do inconsciente: significações do Corpo Negro**. São Paulo: Perspectiva, 2021.

PAULA, Luiz Fernando de. PIRES, Manuel. **Crise e perspectivas para a economia brasileira**. Acesso em 05 abr de 2024. <https://www.scielo.br/j/ea/a/jNpn6wfChvNj659nr4LLtGD/?format=pdf&lang=pt>

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. 2013 (2006) **A reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha**. Em publicação: Los desafios de las emancipaciones en un contexto militarizado. Ceceña, Ana Esther. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, argentina, 2006. pp. 151-197. ISBN: 987.1183.34-8. <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/cece/Carlos%20Walter%20Porto-Goncalves.pdf>

ROSA, Miriam Debieux e BRAGA, Ana Paula Musatti. **Articulações entre psicanálise e negritude: desamparo discursivo, constituição subjetiva e traços identificatórios**. Revista da ABPN, v. fe 2018, n. 24, p. 89-107, 2018. <http://www.abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/575>

SAFRA, Gilberto. **A po-ética na dinâmica contemporânea**. São Paulo: Ideias & Letras, 2004.

SAWAIA, Bader Burihan. **O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão.** In: SAWAIA, Bader Burihan (org.). As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 97-188.

SHARPE, Christina. **No vestígio: negridade e existência.** Traduzido por Jess Oliveira. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

SILBER, Simão Davi. **A fragilidade econômica e financeira na pandemia do Sars-Covid19.** Estudo av.2020Sep; 34 (100): 107-15. Acesso em 03 de abril de 2024. <https://www.scielo.br/j/ea/a/af5yDzjqWQ5dXyKQj8K6TXG/?lang=pt#>

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social;** prefácios de Maria Lúcia da Silva e Jurandir Freire Costa. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

STAMATO, Maria Isabel Calil. **Exclusão Social e Subjetividade: O Papel da Psicologia na Política de Assistência Social.** In: STAMATO, Maria Isabel Calil; VIEIRA, Marina Tucunduva Bittencourt Porto; LEMOS, Daisy Inocência Margarida; ALVES, Hélio (org.). Psicologia e Políticas Públicas: Reflexões e Experiências. Santos: Leopoldianum, 2016. pp. 11-30. <https://www.unisantos.br/wp-content/uploads/2016/09/Psicologia.pdf>.

WEIL, Simone. **O enraizamento.** Tradução de Giovani T. Kurz. Belo Horizonte: Ayiné, 2022.